

**Nota Editorial**

## **SICOMP | UM SINDICATO DE INTERVENÇÃO CONSTANTE E POSITIVA**

A edição do Jornal das Comunicações, é **fundamental e necessária** para a divulgação da actividade do Sindicato, empenhado diariamente na resolução dos **problemas estruturais e profissionais**, assentes no diálogo construtivo e na procura de **soluções negociadas** entre as partes, **Gestão e Representantes Sindicais**, bem como no **diálogo com os poderes políticos e institucionais**.

No dia 26 de Fevereiro de 2018, faz 1 (um) ano que se realizou o 8º Congresso do SICOMP, um **Sindicato Autónomo e Independente**, em que foram eleitos por unanimidade os seus Órgãos Nacionais (**Conselho Geral, Direção Nacional, Conselho de Disciplina e Conselho Fiscalizador de Contas**), reforçados com a eleição de novos Dirigentes Sindicais, oriundos de várias Empresas do Sector, nomeadamente do Grupo RTP, do Grupo CTT, do Grupo ALTICE/PT e NOS.

Continuamos assim, cada vez mais fortes e preparados para enfrentar as questões sócio-laborais, com a energia e motivação que os nossos associados, e os trabalhadores em geral merecem.

**Na nossa prática de um sindicato interventivo continuamos a pugnar pela satisfação dos direitos e interesses dos trabalhadores** das várias Empresas do Sector.

Neste segundo número de 2018, a exemplo dos anteriores, publicamos notícias e informações do Sector das Comunicações e da USI – União dos Sindicatos Independentes – a Confederação Sindical Autónoma e Independente, onde estamos filiados, para as quais convidamos à sua leitura e apreciação.

**PELA REVALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS  
(EX.: ATUALIZAÇÕES SALARIAIS)**

**EM DESTAQUE :****SITUAÇÃO LABORAL:**

- NO GRUPO ALTICE/PT/MEO;
- NO GRUPO RTP;
- NO GRUPO CTT;

**OPINIÃO**

- VICTOR MARTINS (SÓCIO Nº. 3 E FUNDADOR DO SICOMP)

**NOTÍCIAS BREVES:**

- Relações Institucionais
- Atividade da USI – União dos Sindicatos Independentes

**SINDICALIZA-TE  
NO SICOMP**

**A SINDICALIZAÇÃO É UM  
DIREITO E UM DEVER DOS  
TRABALHADORES**



**SEM SINDICATOS  
AUTÓNOMOS E  
INDEPENDENTES  
OS TRABALHADORES  
ESTARÃO  
DESPROTEGIDOS  
PERANTE OS  
EMPREGADORES**

## SITUAÇÃO LABORAL

### ALTICE/PT/MEO

- Foi dado a conhecer no passado dia 19 de Janeiro pelo Presidente Executivo (CEO) da ALTICE Portugal da criação de um **Conselho Consultivo das relações laborais e sindicais**.

**Não se conhecem as competências, funções, a sua composição.**

Apenas se sabe pelo próprio nome que é consultivo. Logo **não será decisório**.

Pode, originariamente, ser de muito boas intenções implementar esta nova estrutura para a agilização de processos e procura de entendimentos a prosseguir na organização.

Mas se, para exercer os seus direitos, a Comissão de Trabalhadores, por força da Lei, reúne, pelo menos, uma vez por mês, com a Gestão da empresa, e as Associações Sindicais, têm de ser chamadas para, também no exercício dos seus direitos, intervirem em tudo que diga respeito à contratação colectiva, **não se entende, sem mais, a operacionalidade deste novo Conselho Consultivo**.

**Esperamos** que este Conselho Consultivo, **não venha a ser um entrave ao diálogo directo, próximo, e (in)capaz de responder de imediato aos sérios problemas dos trabalhadores**, um pouco à semelhança do que actualmente acontece com a prática da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) do Conselho Económico e Social (CES), que das reuniões havidas, **além das trocas de muitas opiniões e manifestações de inúmeras vontades das partes**, e comunicações aos media, **nada se resolve**, a nenhum entendimento se chega, e depois, **unilateralmente, alguém toma decisões**, e as põe em execução.

Julgamos que **para uma boa prática democrática**, de **respeito pelas organizações representativas de trabalhadores**, que pugnam pelos mais elementares direitos e interesses dos seus representados, **pela paz social** a preservar nas empresas, a **ALTICE/PT/MEO não esteja a enveredar por práticas menos salutares ao diálogo, confiança, e boa-fé**, que sempre devem existir entre as partes.

**Não desejamos**, que neste caso, **se possa vir a aplicar o provérbio popular “muita parra e pouca uva”**. Seriam **os trabalhadores, o maior activo de um empregador**, e nunca nos cansaremos de o afirmar, a serem **os primeiros afectados**.

- O SICOMP espera brevemente vir a ser convocado para o **início do processo negocial de revisão do ACT 2016**, nomeadamente, no que é mais premente e necessário, a **revisão das matérias salariais**, a que a empresa se comprometeu a apresentar uma contraposta.

**Os trabalhadores exigem actualizações salariais**, que já **não se verificam desde Junho de 2013**.

- Solicitámos ao Presidente Executivo da ALTICE Portugal, **Alexandre Fonseca**, uma **reunião bilateral Gestão/SICOMP**, como sempre se têm realizado, desde a fundação do Grupo PT em 1994, para análise da situação laboral, profissional e social do Grupo PT, **no dia 15 de Fevereiro de 2018**.

### GRUPO CTT

- **O SICOMP continua a acompanhar**, com redobrada atenção, **o processo de reestruturação da empresa**, no que aos direitos dos trabalhadores diz respeito, nomeadamente **na sua afectação na mobilidade geográfica**.

**Continuamos preocupados pelos inconvenientes trazidos para as populações** pela imagem da marca CTT (multissecular) que pode acarretar graves prejuízos nos resultados futuros, a agravar aos actualmente verificados.

Desejamos que **os CTT cumpram as obrigações previstas na concessão do serviço postal universal**, para que a sua **manutenção não seja colocada em causa**, e respeitem, com todo o rigor, o **cumprimento dos critérios impostos pela ANACOM**.

**Os CTT não têm trabalhadores a mais.**

- O SICOMP continua a entender que **os trabalhadores merecem a revisão em alta dos seus salários**, assim como aos accionistas se deve a remuneração pelos seus investimentos.

**Há condições para actualizações salariais** dos trabalhadores dos CTT.

Não pode é haver **dinheiro só para uma das partes. É injustiça social**.

O SICOMP espera que o **Grupo CTT em breve venha a abrir um processo negocial**, com **todas as Associações Sindicais**, afim de se proceder a uma actualização salarial em 2018.

**O empenho e a dedicação dos trabalhadores assim o exige.**

- O SICOMP solicitou uma reunião bilateral com a gestão do Grupo CTT, **no dia 15 de Fevereiro de 2018**.

## GRUPO RTP

• O SICOMP, representado pelo Presidente, **Victor Martins**, pelos Vice-Presidentes **Susana de Faria** e **Luís Rijo** e pela Vogal Executiva **Cristina Fidalgo**, todos da Direcção Nacional, reuniu no passado dia 1 de Fevereiro, pelas 15 horas, com a Administração da Empresa, estando presentes o Presidente, **Gonçalo Reis**, a Administradora, **Cristina Vaz Tomé**, e a Responsável dos Recursos Humanos, **Maria Helena Pereira**.

Nesta reunião foram tratadas as questões de **enquadramentos profissionais**, dos vários **horários em prática**, e da **revisão salarial para 2018**.

Quanto aos **dois primeiros temas** a empresa ficou de analisar e dar uma resposta, **encontrando soluções**, que se **esperam e exigem positivas**, às análises efectuadas.

Quanto às **actualizações salariais** a empresa apenas informou de que **não tinha condições para proceder a quaisquer aumentos remuneratórios**, além dos **obrigatórios**, por força do Orçamento de Estado 2018 (descongelamento de carreiras e progressões), que **já haviam sido reflectidos nos vencimentos de Janeiro**. De todo o modo enviaria informação/resposta à nossa proposta de revisão do AE, por escrito.

Assim veio a acontecer em 5 de Fevereiro, onde reafirma as posições, nos exactos termos, transmitidas na reunião que temos vindo aqui a referenciar.

**Os trabalhadores da RTP merecem ver satisfeitas as suas exigências de acréscimos salariais.**

**O SICOMP continuará a pugnar para que se proceda a uma revisão do AE no que a esta matéria diz respeito.**

• Pelo Conselho Geral Independente (CGI), foi designado para integrar o Conselho de Administração, **Hugo Graça Figueiredo**, que será o **responsável pela área de conteúdos**.

O Conselho de Administração, recorde-se, continuará sob a **presidência de Gonçalo Reis**.

Esta é uma **área estratégica e de primordial importância para a RTP** como empresa do Sector Empresarial do Estado, e **de serviço público de Rádio e Televisão**.

É uma **personalidade de há muito ligada ao sector das comunicações**, tendo sido, nomeadamente, vice-presidente da APDC (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações), e **de quem se espera um desempenho de relevo, para satisfação das audiências da RTP**.

**O SICOMP deseja as maiores felicidades no cargo agora a potenciar.**

## RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Esteve o SICOMP presente, através dos Presidentes do Conselho Geral, **Carlos Vicente**, e da Direcção Nacional, **Victor Martins**, e do Vice-Presidente, **Luís Rijo**, numa **iniciativa do Bloco de Esquerda**, no passado dia 8 de Fevereiro, ao final da tarde, em Lisboa, onde o tema a abordar foi *“O que se alcançou e o que falta mudar na lei laboral”*.

Estiveram presentes como oradores, **Catarina Martins**, coordenadora do BE e deputada, os juristas do trabalho, **Joaquim Dionísio** e **Rita Garcia Pereira**, o Professor Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra de Direito do Trabalho, **Jorge Leite**, e o deputado do BE **José Soeiro**.

Na base desta iniciativa esteve a *“transmissão de estabelecimento, direito de oposição e proteção dos trabalhadores”*, de que o BE foi o primeiro Grupo Parlamentar, da Assembleia da República, a apresentar um Projecto de Lei, em 18 de Julho de 2017, que viria a integrar o Projecto final aprovado em sessão plenária da AR, em 2 de Fevereiro último.

Nesta iniciativa **outras propostas de alteração ao Código do Trabalho foram abordadas**, nomeadamente, as **eliminações do regime do Banco de Horas individual, da figura do Despedimento por Inadaptação, e o combate à precaridade**, de que o BE entregou na AR de Projectos de Lei, agora em discussão pública.



## AÇÃO SINDICAL PARA 2018 (PRINCIPAIS LUTAS A DESENVOLVER)

A Comissão Executiva da USI, constituída por Sindicatos de vários Sectores de Actividade, reunida **em 31 de Janeiro de 2018, em Lisboa**, analisou a situação político-sindical a nível nacional e internacional, sendo que a nível nacional, concluiu da necessidade de centrar a sua actividade na defesa da **REVALORIZAÇÃO SALARIAL** e no **REFORÇO DA CONTRATAÇÃO COLETIVA**, nomeadamente:

## • CADUCIDADE DAS CONVENÇÕES COLETIVAS

## • REVALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS (por ex. ATUALIZAÇÕES SALARIAIS)

O SICOMP – Sindicato filiado nesta Confederação Sindical Independente, participou nesta reunião, como membro efetivo, e considera que as decisões tomadas são transversais a todos os sectores de actividade, e correspondem aos interesses da generalidade dos trabalhadores portugueses, e tudo fará para defender e concretizar estes objectivos.

Victor Martins  
– Sócio Nº. 3,  
fundador e  
Presidente da  
Direção  
Nacional  
do SICOMP

**OPINIÃO**



### **O SICOMP é um Sindicato de “extrema esquerda”, de “esquerda”, de “centro-esquerda”, de “centro-direita” de “direita” ou de “extrema-direita” ?**

Num recente colóquio sindical, laboral e legislativo, realizado pelo **Bloco de Esquerda (BE)**, no dia **8 de Fevereiro de 2018, Quinta-Feira, em Lisboa (Zona da Estefânia)** – que o SICOMP informa neste **Jornal mensal de Fevereiro/2018 – página 3** um dos oradores o prestigiado e experiente Professor de Direito, **Dr. Jorge Leite** – abordou com profundidade a legislação laboral portuguesa, incluindo os tempos da Revolução Liberal em Portugal, ainda do **Regime Monárquico, do Século XIX – 1820.**

Eu, como Presidente do SICOMP, **Sindicato Autónomo e Independente**, como convidado tive a oportunidade de intervir nesse colóquio, agradecendo o convite do **BE (Bloco de Esquerda)** e realçando a intervenção do Professor **Jorge Leite** de que a legislação laboral em Portugal deve ser afluída não como **uma questão politico-partidária** de “esquerda ou de direita”, dado que na Revolução Industrial dos finais do Século XVIII e a Revolução Liberal Portuguesa em 1820 os trabalhadores por conta de outrem – **quase escravos** – se mobilizaram em **associações colectivas** de defesa dos seus legítimos direitos, independentemente dos Partidos de “Direita ou de Esquerda” que nem sequer existiam.

Aliás **os Estatutos do SICOMP**, aprovados no I Congresso, realizado em 1990, no **Hotel Sheraton**, em Lisboa e sucessivamente ratificados nos Congressos seguintes (**1994, 1998, 2001, 2004, 2008, 2012 e 2017**), estipula na sua Declaração de Princípios (9 pontos), de que destaco o ponto 3 :

**3 - O Sindicato é uma associação autónoma e independente perante o Estado e os seus órgãos, o patronato, as confissões religiosas, os partidos políticos ou quaisquer organizações político – partidárias.**

*Nota 1 – O subscritor deste artigo de opinião foi eleito por voto secreto e por unanimidade, como Presidente da Direção Nacional do SICOMP no VIII Congresso do Sindicato, realizado em 26 de Fevereiro de 2017, no Hotel Roma – Lisboa.*

*Nota 2 – O subscritor deste artigo de opinião foi fundador da 1ª. Comissão de Trabalhadores dos ex-TLP, em 1975, eleita por cerca de 6.000 trabalhadores num Plenário realizado no Pavilhão dos Desportos – em Lisboa – destacando-se a sua actividade na defesa da ex –Caixa de Previdência dos ex-TLP (que o Governo de “esquerda” do MFA queria estatizar pelo Decreto-Lei 784/75) e que foi uma instituição fundamental para criar a PT/ACS em 1994 – criação do Grupo PT.*

*Nota 3 – O subscritor deste artigo (como sócio do ex-STL, Sindicato dos Telefonistas de Lisboa) fez parte do Comité de Greve, realizada nos TLP em Julho de 1975, tendo sido visitado em sua casa, por militares do*

*COPCON com um mandato de captura, assinado pelo então General Otelo Saraiva de Carvalho que pressionado pelo Plenário de cerca de 10.000 trabalhadores em greve, na Av. de Ceuta, instalações dos ex-TLP – Lisboa, eliminou o mandato de captura que tinha sido feito para os 18 ativistas do Comité de Greve dos ex-TLP e mandou retirar as “Chaimites” do MFA que tinham invadido as centrais telefónicas dos ex-TLP.*

*Nota 4 – O subscritor deste artigo, como fundador do SINDETELCO/UGT, foi um dos Dirigentes Sindicais da 1ª Direção Nacional (sócio nº.15) que assinaram o 1º AE dos CTT em 1981 que, apesar do 25 de Abril de 1974, passados 5/6 anos, ainda existia nos CTT o Regulamento de Trabalho de origem corporativa do regime do Estado Novo Salazarista/Caetanista, dado que os sindicatos da CGTP (SNTCT e SINTEL) foram incapazes de obter um acordo colectivo.*

**Sindicaliza-te no SICOMP**

**PELA DEFESA DA AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA SINDICAL**